

**CARREIRAS E
REMUNERAÇÕES DE
PROFESSORES DAS REDES
MUNICIPAIS DE ENSINO
DO ESTADO PARÁ**

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Adolfo Ignacio Calderon – PUC/Campinas
Prof. Dr. Afranio Mendes Catani – USP
Prof. Dr. Altair Alberto Fávero – UPF/RS
Profa. Dra. Carina Maciel – UFMS/MS
Prof. Dr. Diego Bechi – UPF/RS
Profa. Dra. Edineide Jezine – UFPA
Profa. Dra. Egeslaine De Nez – UFRGS/RS
Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp/SP
Prof. Dr. Elton Luis Nardi – Unoesc/SC
Prof. Dr. Gildenir Carolino Santos – Unicamp/SP
Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar/SP
Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp/SP
Prof. Dr. José Vieira de Sousa – UnB/DF
Profa. Dra. Lara Carlette Thiengo – UFVIMG – MG
Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC/PR
Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC/SC
Profa. Dr. Ignacio Calderon – PUCC/SP
Profa. Dra. Maria Abadia da Silva – UnB/DF
Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – UFMS/Unicamp
Profa. Dra. Maria Tereza Ceron Trevisol – Unoesc/SC
Profa. Dra. Maria Vieira Silva – UFU/MG
Profa. Dra. Margarita Victoria Rodrigues – UFMS/RS
Profa. Dra. Marilda Pasqual Scheneider – Unoesc/SC
Profa. Dra. Marília Morosini – PUCRS/RS
Prof. Dr. Paulo Almeida – UFPA/PA
Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp/SP
Profa. Dra. Romilda Teodora Ens – PUCPR/PR
Profa. Dra. Rosane Sarturi – UFMS/RS
Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA/PA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrián Ascolani – Universidad Nacional de Rosario/Conicet/Argentina
Prof. Dr. Adrian Cammarota – IDES/Argentina
Prof. Dr. Antonio Bolívar – Universidad de Granada/Facultad de Ciencias de la Educación/Espanha
Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro/Portugal
Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias/Portugal
Prof. Dr. Enrique Martinez Larrechea – Iusur/Uruguai
Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho/Portugal
Prof. Dr. Geo Saura – Universidad de Granada – Espanha
Prof. Dr. Jaime Moreles Vazquez – Universidade de Colima/México
Profa. Dra. Maria Carmen Lopez Lopez – Universidade de Granada/Espanha
Profa. Dra. Maria Cristina Parra Sandoval – Universidad del Zulia/Venezuela
Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján/Argentina
Profa. Dra. María Verónica Leiva Guerrero – Pontificia Universidad Católica de Valparaíso/Chile
Prof. Dr. Mariano Fernandez Enguita – Universidad de Madrid/ Espanha
Prof. Dr. Norberto Lamarra – Universidad Trés de Febrero – Argentina
Profa. Dra. Olga Cecilia Diaz Flores – Universidad Nacional Pedagógica – Colômbia
Prof. Dr. Pablo Garcia – Universidad Trés de Febrero/Argentina
Profa. Dra. Patricia Viera Duarte – Universidad de la Republica/Uruguai

Rosana Maria Gemaque Rolim
Marielson Rodrigues Guimarães
Felipe Gomes Monteiro
(organização)

**CARREIRAS E
REMUNERAÇÕES DE
PROFESSORES DAS REDES
MUNICIPAIS DE ENSINO
DO ESTADO PARÁ**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carreiras e remunerações de professores das redes municipais de ensino do estado do Pará / organização Rosana Maria Gemaque Rolim, Marielson Rodrigues Guimarães, Felipe Gomes Monteiro. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2022. – (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-668-1

1. Educação 2. Educação básica – Brasil 3. Educadores
4. Políticas educacionais 5. Políticas públicas de educação
6. Professores – Formação profissional 7. Professores – Salários etc. – Pará (Estado) 8. Rede Municipal de ensino do Estado do Pará (PA) 9. Remuneração I. Rolim, Rosana Maria Gemaque. II. Guimarães, Marielson Rodrigues. III. Monteiro, Felipe Gomes. IV. Série.

22-138931

CDD-370.715

Índices para catálogo sistemático:

1. Educadores : Formação continuada : Educação 370.715

capa: Studio Rotta Design Gráfico

gerência editorial: Vanderlei Rotta Gomide

preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

revisão final dos autores

bibliotecária: Inajara Pires de Souza – CRB PR-001652/O

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 2 3

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

DEDICATÓRIA

*É com muita GRATIDÃO
que as/os integrantes do GEFIN dedicam esta obra coletiva
a querida Brites Natalina Favacho Pereira (in memoria),
que, com muito entusiasmo, dedicação e sonhos
iniciou o levantamento dos planos de carreira e
remuneração de professores das redes
municipais de ensino do Estado do Pará.
BRITES, PRESENTE!*

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os docentes e discentes de iniciação científica, de mestrado, de doutorado que no período de desenvolvimento do projeto de pesquisa Carreiras e Remunerações de Professores das Redes Municipais de Ensino do Estado Pará colaboraram direta e indiretamente nas atividades do Grupo de Pesquisa em Financiamento da Educação – GEFIN. Igualmente agradecemos à direção do Instituto de Ciências da Educação-ICED, à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação pelo apoio assegurado no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, garantindo a infraestrutura necessária e bolsas de iniciação científica, de mestrado e de doutorado. Por fim agradecemos o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, de fundamental importância para a concretização do estudo e sua socialização.

MUITO OBRIGADA (O)!!!

SUMÁRIO

PREFÁCIO 11

capítulo 1

CARREIRA DOCENTE COMO FATOR DE VALORIZAÇÃO NA
PROFISSÃO: APORTES HISTÓRICOS E TEÓRICOS 21

*Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Soraya Nazaré Camargo Vargas,
Rubens da Costa Ferreira*

capítulo 2

INCURSÕES METODOLÓGICAS NA SISTEMATIZAÇÃO DE PLANOS
DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES DAS REDES
MUNICIPAIS DE ENSINO DO ESTADO DO PARÁ. 63

*Marielson Rodrigues Guimarães, Felipe Gomes Monteiro,
Rosana Maria Gemaque Rolim*

capítulo 3

CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO
DO PARÁ QUE DISPÕEM DE PCCR91

*Maria Elcineide de Albuquerque Marialva,
Perla Sofia Andrade de Aquino, Rosana Maria Gemaque Rolim*

capítulo 4

ESTRUTURAS DE CARREIRAS DE PROFESSORES
DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS DO PARÁ –
UMA ANÁLISE DOS CARGOS, DAS JORNADAS
DE TRABALHO E DA DISPERSÃO NOS VENCIMENTOS 119
Rosana Maria Gemaque Rolim, Marielson Rodrigues Guimarães

capítulo 5

FORMAS E CRITÉRIOS DE MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA
EM MUNICÍPIOS PARAENSES: O CASO DA REGIÃO
DE INTEGRAÇÃO GUAMÁ. 149
*Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Ana Paula da Silva Carneiro,
Thalia Barbosa Mendonça, Bruna Letícia Matos Lima*

capítulo 6

COMPOSIÇÃO DAS REMUNERAÇÕES
DE PROFESSORES DAS REDES MUNICIPAIS
DE ENSINO DO ESTADO DO PARÁ 171
*Alcemir Pantoja Rodrigues, Victória Regina da Silva Santiago,
Diegon Carvalho da Silva, Rosana Maria Gemaque Rolim*

capítulo 7

O PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROFESSORES DAS
REDES MUNICIPAIS DE ENSINO DO PARÁ NO CONTEXTO DO
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 205
*Felipe Gomes Monteiro, Paloma Pinheiro Ferreira,
Rosana Maria Gemaque Rolim*

SOBRE OS AUTORES 235

PREFÁCIO

A Coletânea intitulada “Carreiras e remunerações de professores das redes municipais de ensino do Estado do Pará” apresenta, um conjunto de sete (7) capítulos, produzidos por diferentes autores entre docentes e estudantes vinculados ao Grupo de Pesquisa em Financiamento da Educação – GEFIN, integrado à Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais, do Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará- PPGED-UFPA.

Os objetos de análise dos capítulos se articulam em torno de resultados de estudos empreendidos ao longo de treze anos sobre essa temática, abordados em interface com as políticas de financiamento da educação, tendo como eixo aglutinador as carreiras e remunerações de professores das redes municipais de ensino do Estado do Pará.

O projeto de pesquisa foi construído com a finalidade aglutinar os diversos estudos que, ao longo desse período, foram desenvolvidos pelos integrantes do GEFIN sobre carreira e remuneração de professores da Educação Básica. No período de 2009 a 2012, as discussões sobre essa temática foram empreendidas por meio de um Projeto de Pesquisa em rede, que envolveu pesquisadores de 12 estados, financiado pelo Edital nº. 001/2008 CAPES / INEP / SECAD - Observatório da Educação, intitulado “Remuneração de professores de escolas

públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas, coordenado pelo Prof^o. Dr. Rubens Barbosa de Camargo – (FEUSP) e localmente pela Prof^a Dr^a Rosana Maria Gemaque Rolim – (GEFIN/ICED/UFPA). Posteriormente, no período de 2013 a 2017, os estudos foram aprofundados a partir do recorte remuneração, por meio de um novo projeto desenvolvido em rede, financiado pelo Edital nº 049/2012/CAPES/INEP/SECAD - Observatório da Educação - intitulado “Remuneração de Professores de Escolas Públicas de Educação Básica no Contexto do Fundeb e do PSPN, coordenado pelos Professores Dr. Marcos Edgar Bassi (UFPR/UFSC), Prof^a Dr^a Rosana Maria Gemaque Rolim (UFPA) e Prof^a Dr^a Maria Dilnéia Espíndola Fernandes (UFMS). A base de dados desses estudos contemplou apenas as redes estaduais e as redes municipais das capitais. Porém, como o GEFIN havia desenvolvido vários estudos com essa temática em municípios do Pará sentiu-se a necessidade de ampliar o estudo para os demais municípios, de modo a possibilitar uma avaliação ampliada sobre as carreiras e remuneração de professores das redes municipais de ensino. Desta feita, o referido projeto ampliou a investigação ao incorporar o maior número possível de municípios, visando a construir bancos de dados com as informações que permitissem fazer avaliações da política de valorização dos professores, pela via da estruturação e normatização das carreiras do magistério da educação básica.

Esta Coletânea enfoca particularmente os resultados do projeto de pesquisa “Carreiras e remunerações de professores das redes municipais de ensino do Estado do Pará”, financiado pelo CNPq, por meio do UNIVERSAL MCTI/CNPq Nº 01/2016 que teve como o objetivo geral “analisar um conjunto de Planos de Cargos, Carreira e Remuneração de professores de municípios do Estado do Pará, visando identificar tipos/tendências/composição de carreiras e de remuneração. A referida pesquisa foi desenvolvida de 2017 a 2020, sendo prorrogada por mais dois anos em decorrência da pandemia pelo SARS-Covid-19.

O estudo envolveu estudantes de graduação e de pós-graduação, tendo em vista que uma das dimensões do projeto

foi investir na formação para a pesquisa. O processo de formação se deu na participação das reuniões de pesquisa, nos seminários de estudos, na coleta, sistematização e análises dos dados. Muitos dos produtos desse longo processo de formação foram apresentados em eventos científicos da área de educação, mas sobretudo nos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisas em Financiamento da Educação – FINEDUCA e ou publicados em periódicos científicos e em capítulos de livro. Portanto, a coletânea representa uma síntese desse processo amplo de investigação sobre a carreira e remuneração de professores da educação básica, com foco nas redes municipais de ensino do Pará.

Desvelar os meandros das carreiras e remunerações de professores da educação básica é muito desafiador, tendo em vista tratar de uma política descentralizada que conforma orientações advindas de políticas nacionais e das relações sociais, políticas locais e conjunturais. Isso complexifica o estudo em função da diversidade e do “emaranhado” de legislações e políticas nacionais e locais que configuram os planos de carreiras e remunerações de professores da educação básica. Isso remete à necessidade de entender as regras e ordenamentos “compartilhados”, preconizados na Constituição Federal de 1988, nas Emendas à Constituição e Leis que regulamentam matérias específicas de caráter nacional e as de regras e ordenamentos “próprios”, de efeito jurídico restrito ao âmbito das unidades da federação.

Como abordado, as políticas de carreiras e remuneração de professores da educação básica são descentralizadas, cujo financiamento passou a ser compartilhado por níveis diferenciados de governo, por meio da política de fundos, com a finalidade precípua de remunerar os professores. Essa medida decorre da necessidade de assegurar um aporte mais ou menos equilibrado de recursos que assegure um mínimo necessário para a efetivação da política de valorização dos professores, face às desigualdades econômicas, fiscais, sociais entre os entes federados, com fortes rebatimentos no financiamento da educação e nos resultados das políticas educacionais.

No caso da carreira e remuneração dos professores da Educação Básica, a responsabilidade pelo seu provimento e valorização dos professores é do sistema de ensino ao qual os professores estão vinculados legalmente: sistema federal; sistemas estaduais ou sistemas municipais. Daí a diversidade na configuração da carreira e nos elementos componentes da remuneração de professores, identificados nos planos dos estados e municípios brasileiros e entre os municípios do mesmo estado.

Nesse contexto, a União como responsável na Federação por manter o equilíbrio na diversidade deverá coordenar políticas que garantam o direito de todos à educação de forma compartilhada, pautada em princípios, dentre os quais o de valorização dos profissionais da educação escolar; garantido, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de prova e títulos (Inciso V com redação dada pela EC. nº 53, de 19.12.2006); e do Piso Salarial Profissional Nacional – PSPN para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (Inciso VIII acrescentado pela EC. nº 53, de 19.12.2006).

A política de fundos, na sua formatação, inclui um elemento importante para a valorização dos profissionais da educação que é vincular parte da receita para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério, visando pressionar a expansão dos recursos e a elevar os valores da remuneração. Todavia, a garantia dessa política pela via da estruturação da carreira em Planos de Cargos e Salários e do pagamento do PSPN recaíram majoritariamente sobre os municípios, em função do critério de redistribuição dos recursos – número de alunos - que os favorece por conta da municipalização das matrículas da educação básica, desconsiderando o volume de recursos necessários para que as determinações legais sejam cumpridas. A concentração de atribuições e responsabilidades nos municípios, que conformam múltiplas realidades educacionais no país (Alves e Pinto 2020) produziram saídas para aliviar o orçamento que, em geral, passam pela negação dos constituidores da valorização dos professores, tais como: ingresso no magistério somente por

concurso público, pagamento do PSPN, progressão na carreira, dentre outros.

O objetivo desta coletânea, portanto, é oferecer um conjunto amplo e rico de informações sobre os elementos que constituem as carreiras e remunerações dos professores das redes municipais de ensino do Estado do Pará que possibilitam muitos e férteis debates sobre as carreiras e remunerações de professores da educação básica em geral.

O livro constitui-se de 7 capítulos que revelam o processo de construção e os resultados do projeto Carreiras e remunerações de professores das redes municipais de ensino do Estado do Pará, desenvolvido articuladamente com outros projetos dos docentes e discentes do GEFIN sobre a mesma temática.

O capítulo 1, intitulado *Carreira docente como fator de valorização na profissão: aportes históricos e teóricos*, de autoria de Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Soraya Nazaré Camargo Vargas e Rubens da Costa Ferreira – foi construído na perspectiva de oferecer os aportes teóricos e conceituais, a discutir a origem e a evolução das principais concepções e abordagens sobre a carreira, de modo geral, e, da carreira docente, em particular, chamando atenção à categoria historicidade resultante de expressões históricas das dimensões sociais, econômicas e culturais de determinada época. Em decorrência, situa historicamente os “modelos” ou configurações de carreiras, relacionando-os aos movimentos históricos de organização social, indo do modelo antigo ao moderno, sob a influência dos movimentos e mudanças do capitalismo que determinam as novas configurações de carreiras e suas contradições. É destacado pelos autores que as mudanças na economia, a expansão dos mercados globais, o avanço da tecnologia, a alta densidade demográfica, o aumento da competitividade são elementos que alteraram os paradigmas de carreira e que impactaram na forma que as organizações vêm assumindo no contexto atual.

O capítulo 2, com o título *Incursões metodológicas na sistematização de planos de carreiras e remuneração de professores das Redes Municipais de Ensino do Estado do Pará*, de autoria de Marielson Rodrigues Guimarães, Felipe Gomes Monteiro e Rosana Maria Gemaque Rolim – apresenta os percursos metodológicos construídos no desenvolvimento do projeto “Carreiras e remuneração de professores das redes de ensino de Municípios do Estado do Pará”, especificamente, no que concerne aos procedimentos adotados na construção do Banco de dados, no qual são enfatizadas as tomadas de decisão sobre a sistematização e análises dos PCCRs, com vistas ao aprofundamento dos debates sobre metodologias adequadas a esse objeto de investigação. Para isso, são abordados os processos de formação do grupo, de coleta dos dados, de sistematização e as decisões sobre as categorias e indicadores de mensuração da frequência e pesos atribuídos aos componentes constituintes das carreiras e das remunerações de professores. A construção do Banco de Dados firmou-se como resultado de um árduo trabalho coletivo empreendido pelos integrantes do GEFIN e exigiu esforços de professores, estudantes da iniciação científica, mestrands e doutorandos.

O capítulo 3, *Caracterização dos Municípios do Estado do Pará que dispõem com PCCR*, de autoria de Maria Elcineide de Albuquerque Marialva, Perla Sofia Andrade de Aquino e Rosana Maria Gemaque Rolim, caracteriza os municípios do Pará que dispõem de PCCR, a partir das dimensões demográficas, socioeconômicas e educacionais. O capítulo foi organizado em tópicos que contemplam indicadores dos municípios referentes: à localização geográfica; às faixas populacionais; ao PIB per capita; ao IDH-M; ao índice de municipalização; ao resultado líquido do Fundeb, aos tipos de planos e período em que foram instituídos. É ressaltado que os municípios de porte médio – acima de vinte e cinco (25) até cem (100) mil habitantes – foram os que se destacaram na normatização da carreira e remuneração de professores das redes municipais de ensino do Pará, correspondendo a 60% do total de 126 municípios.

Quanto ao período de aprovação dos PCCRs foi destacado que a política de fundos foi um mecanismo importante para a normatização das carreiras e da remuneração de professores da educação básicas nos municípios do Pará, todavia, a definição do Piso Salarial Profissional Nacional foi fundamental para o aumento da regulamentação das carreiras por meio de planos.

O capítulo 4, intitulado *Estruturas de carreiras de professores da Educação Básica em Municípios do Pará – uma análise dos cargos, das jornadas de trabalho e da dispersão nos vencimentos*, de autoria de Rosana Maria Gemaque Rolim e Marielson Rodrigues Guimarães – problematiza as carreiras afiguradas nos planos das redes municipais de ensino de municípios do Estado do Pará, a partir da quantidade de cargos, da jornada de trabalho e sua composição e da dispersão dos vencimentos, cotejando-os com as legislações e diretrizes nacionais, atinentes aos planos de carreiras e remuneração de professores – PCCRs. Destaca o fato de haver uma tendência entre os planos das redes municipais de ensino do estado do Pará de caminharem na direção do que a legislação e diretrizes nacionais estabelecem quanto à estrutura de carreira de cargo único, em que a as credenciais para ingresso são aprovação em concurso público e titularidade, com possibilidades de jornadas de trabalho de 40hs, divididas entre a docência e horatividade, apesar de a maioria não corresponder ao mínimo estipulado em lei, de 33,33%. Enfatiza que a compreensão mais ampla das carreiras e remunerações dos professores requer o aprofundamento contínuo de estudos em que os dados sejam cotejados e contextualizados em uma dinâmica que articule continuamente informações macro e micro, dada às múltiplas determinações desse objeto de estudo, da política educacional e do seu financiamento.

O capítulo 5, com o título *Formas e critérios de movimentação na carreira em municípios paraenses: o caso da Região de Integração Guamá*, de autoria de Dalva Valente Guimarães Gutierrez, Ana Paula da Silva Carneiro, Thalia

Barbosa Mendonça e Bruna Letícia Matos Lima, aborda as formas e os critérios de movimentação na carreira contidos nos planos de carreira de municípios do estado do Pará, focalizando uma das regiões de integração do Pará. Isso é feito a partir da análise da titulação ou formação inicial, da formação continuada, do tempo de serviço e da avaliação do desempenho. As autoras partem do pressuposto de que o contexto político influencia a configuração da carreira e o trabalho do professor da educação básica, os quais tendem a assumir algumas características do padrão de acumulação, tais como, ênfase às iniciativas individuais, a responsabilização, o ranqueamento e a competência. Por fim é afirmado que, apesar de os municípios resguardem peculiaridades políticas, culturais, econômicas, os critérios de movimentação na carreira adotados em várias localidades demarcam a similaridade entre os planos.

O capítulo 6, *Composição das remunerações de professores das Redes Municipais de Ensino do Estado do Pará*, de autoria de Alcemir Pantoja Rodrigues, Victória Regina da Silva Santiago, Diegon Carvalho da Silva e Rosana Maria Gemaque Rolim - aborda uma das dimensões analisadas no projeto de pesquisa “Carreiras e Remuneração de Professores das Redes de Ensino de Municípios do Estado do Pará”, que é a composição das remunerações de professores, visando apreender a política de remuneração que emerge dessa composição. Para isso, enfatiza a importância da institucionalização dos planos de carreira e remuneração dos professores e da afirmação de elementos na composição da remuneração fundamentais para assegurar a valorização dos professores. Para isso apresenta os conceitos de remuneração dos servidores públicos, os componentes da remuneração extraídos dos PCCRs das redes municipais de ensino do Pará, destacando a frequência desses componentes como elementos que ensejam políticas de remuneração e de valorização dos professores da educação básica. Conclui que a política de remuneração se configura pelo vencimento definido a partir de um valor mínimo de referência nacional (PSPN) e de acréscimos decorrentes de um leque de possibilidades, com percentuais de incentivos de proporções variadas, que

resultam, por conseguinte, em remunerações diferenciadas, tendo em vista que os valores dependem do posicionamento do professor na carreira, da função desempenhada, do tipo de ensino e de vantagens pessoais.

O capítulo 7, intitulado *O pagamento da remuneração dos professores das Redes Municipais de Ensino do Pará no contexto do financiamento da Educação Básica*, de autoria de Felipe Gomes Monteiro, Paloma Pinheiro Ferreira e Rosana Maria Gemaque Rolim – apresenta a magnitude dos valores destinados ao pagamento da remuneração dos professores, relacionando-a com os valores totais das despesas com educação praticadas pelas redes municipais de ensino do Pará, no período de 2009 a 2019. O capítulo contempla o financiamento da educação brasileira, origem e bases dos recursos a partir da legislação, bem como sobre a política de fundos, sobretudo o FUNDEB (2006-2020), ressaltando a sua composição e redistribuição entre os entes federados. Além disso, analisa os valores distribuídos internamente pelo FUNDEB aos municípios, enfatizando o resultado líquido e o montante de recursos destinado para o pagamento das remunerações de professores. Conclui que a vinculação de recursos para o pagamento da remuneração dos professores apresenta-se como indicador importante para a valorização docente, todavia, parece não ser suficiente para garantir a valorização dos professores pela via da remuneração condigna. Outros fatores são interpostos nesse processo, tais como, o quantitativo e formação dos professores, a instituição de planos de carreira e remuneração, condições adequadas de trabalho, que se relaciona com a infraestrutura das escolas e a pressão da categoria docente para materializar os direitos consagrados na CF-1988.

Boa leitura a todas, todos e todes!

Organizadora(es)
Belém, 30 de junho de 2022.